



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 18 DE OUTUBRO DE 2022

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2022 - Contrato Administrativo Nº: 10702/2022-CPL

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: Irregularidade na execução contratual. Relatos de MÁ ATENDIMENTO E COMIDA ESTRAGADA.

NOTIFICANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, com sede a Rua Senador Rui Carneiro, S/N, Centro, Congo - PB, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representada pela Prefeita Constitucional Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino.

NOTIFICADA: JOSÉ WELISSON FERREIRA - RUA ALICE JAPIASSU, 130 - CENTRO - SUMÉ - PB, CNPJ nº 36.541.425/0001-55, neste ato representado por José Welisson Ferreira, Brasileiro, Divorciado, Empresário, residente e domiciliado na Rua Francisco de Melo, Centro - Sumé - PB, CPF nº 095.174.404-64, Carteira de Identidade nº 3677637 SSDS/PB.

Senhor José Welisson,

Conforme Vossa Senhoria é conhecedor, a empresa deve executar o fornecimento de refeições prontas conforme o contrato firmado entre as partes, sendo assim os alimentos deverão estar dentro dos melhores parâmetros de qualidade, conforme exigido no contrato. No entanto, a empresa tem sido alvo de algumas denúncias no que diz respeito ao atendimento, descrito como "mau atendimento" e a "má qualidade dos alimentos servidos". Segundo os relatos, as refeições são servidas frias, com cheiro e sabor que não condizem com as condições mínimas de consumo. Há, portanto, indícios de descumprimento da **cláusula nona, alínea "a"**, do contrato supra citado, que determina que a empresa deve executar devidamente o fornecimento, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual. Bem como assumiu a responsabilidade, conforme **alínea "e"**, pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Dessa forma, por haver descumprimento das obrigações assumidas pela Empresa Contratada e ora Notificada, o Município Contratante poderá aplicar as penalidades que a Lei nº 8.666/93 assegura e que constam na Cláusula Décima Segunda do referido Contrato Administrativo.

Nessa medida, atentando-se às cláusulas do contrato em discussão e, de igual modo, aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, o Contratante vem, pela presente, **notificar** a Empresa **JOSÉ WELISSON FERREIRA, CNPJ nº 36.541.425/0001-55**, para que sane a irregularidade apontada, providenciando os fornecimentos de refeições próprias para o consumo e com temperatura adequada. Solicitamos em apreço, **no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento desta notificação, tendo em vista se tratar de objeto indispensável para o atendimento das demandas diárias da Prefeitura Municipal de Congo/ PB.**

Ressaltamos, outrossim, que, caso a Empresa Contratada não atenda a presente notificação, no prazo acima assinalado, a **Contratante, atenta aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e, bem assim, aplicado o conteúdo normativo da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA e fundamentado na Lei nº 8.666/93**, adotará todas as medidas Administrativamente cabíveis com fito de proceder a **RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10702/2022-CPL**, para que não haja maiores prejuízos ao erário e ao interesse público.

A presente **NOTIFICAÇÃO** será publicada na forma da Lei, nesta data, dando cumprimento ao princípio da publicidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa **NOTIFICADA**, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

O Município contratante aguarda manifestação da empresa notificada, no prazo acima assinalado, sendo o silêncio entendido como confissão dos fatos anotados.

Após esta data, será determinado o encaminhamento dos fatos ao setor jurídico para adoção das medidas cabíveis, com aplicação de multa, rescisão contratual e imputação de impedimentos de contratar com a administração, e demais sanções cabíveis.

Atenciosamente,

Congo-PB, 18 de outubro de 2022.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 18 DE OUTUBRO DE 2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 379/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELA PREFEITA FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR GILBERTO LEAL DE BARROS, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor, **GILBERTO LEAL DE BARROS**, portador do RG nº 1.630.686 SSDS/PB, e CPF nº 620.083.404.06, residente e domiciliado na Rua Rita Cipriano Bezerra, nº 18, Centro, Sumé-PB, para a função de **PROFESSOR DE PORTUGUÊS DO ENSINO FUNDAMENTAL II-EIP**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de julho de 2015; e ainda observado o resultado final e disposto no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$ 1.884,01 (Um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), pagos mensalmente. Com carga horária de 25h/semanais. **PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser rescindido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 05 (Cinco) meses e 13 (treze) dias, iniciando-se em 18 de Outubro de 2022, e encerrando-se em 31 de Março de 2023, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.3.90.36.01- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FISICA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Congo-PB, 18 de Outubro de 2022.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
CONTRATANTE

GILBERTO LEAL DE BARROS
CONTRATADO